

EMPRESAS E EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS

ROTEIRO DE ESTUDO

João Miguel Simão

novembro 2017

ESTE DOCUMENTO PRETENDE SER UM INSTRUMENTO ENQUADRADOR DOS CONTÚDOS
LECIONADOS. NÃO SUBSTITUI A LEITURA E O ESTUDO DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS NA
PLATAFORMA.

Enquadramento do módulo

Neste módulo vão ser abordadas as principais epistemologias que emergiram no último quartel do século XX, e como estas se cruzam com o tema da responsabilidade social das empresas (RSE). O módulo tem os seguintes conteúdos:

- Significado de ontologia, epistemologia e relação com métodos de investigação
- Epistemologias críticas em ciências sociais e no estudo das organizações
- Introdução à RSE
- O Outro nos estudos subalternos
- Poder e discurso
- Exemplos de investigação

O presente documento visa enquadrar alguns aspetos essenciais sobre em que consiste fazer ciência (Secção 1), afinando posteriormente para os métodos qualitativos e a análise documental (Secção 2), as epistemologias críticas (Secção 3) e o papel destas no estudo da RSE (Secção 4). A Secção 5 justifica os textos escolhidos para a semana 2 e 3. Finalmente, a Secção 6 recai sobre a avaliação do módulo.

1. O contexto filosófico da investigação

A perspetiva filosófica da investigação científica trata da forma como o investigador vê o mundo que o rodeia e pensa acerca do desenvolvimento do conhecimento. Embora nem sempre se dê a atenção devida a este aspeto (Saunders *et al.*, 2003, Grix, 2002), a verdade é que é de uma relevância incontornável porquanto, “... *it is unwise to conduct research without an awareness of the philosophical and political issues that lie in the background. The decision to study a topic in a particular way always involves some kind of philosophical choice about what is important. (...)The researcher should therefore be prepared to confront ethical issues, and to be aware of his or her own values in this process*” (Easterby-Smith *et al.*, 2004:3-4).

Esclarecer e assumir uma abordagem filosófica em detrimento de outras, permite ao investigador (Grix, 2002:176):

1. compreender as relações entre os componentes essenciais da investigação (ontologia, epistemologia, métodos e fontes);
2. evitar a falta de clareza quando se é confrontado com debates teóricos e abordagens aos fenómenos sociais; e
3. defender adequadamente o próprio trabalho e compreender o dos outros.

Inicia-se este ponto com os aspetos ontológicos e epistemológicos da investigação. Refere-se sucintamente os dois paradigmas epistemológicos mais relevantes, positivismo e interpretativismo, confere-se maior atenção ao realismo crítico. Embora já fora do âmbito da posição filosófica, termina-se com a abordagem aos métodos qualitativos e à análise documental.

1.1. Ontologia e epistemologia

A ontologia, ponto de partida da investigação, consiste na forma como o investigador vê a natureza do fenómeno que vai ser investigado (Caldeira, 2000:73). Os pressupostos ontológicos relacionam-se com aquilo que se acredita ser a realidade social. Assim sendo, a posição ontológica de um investigador procura responder a questões como: ‘Qual é a natureza da realidade social que está a ser investigada?’ ou ‘Que tipo de coisas existem?’. As perspetivas ontológicas mais comuns de serem encontradas na literatura são o realismo e o relativismo. O primeiro assume a posição de que o mundo social é concreto, objetivo e exterior à apreciação do investigador, sendo que a ciência apenas pode dar passos seguros através de observações que têm uma correspondência direta com o fenómeno investigado e com métodos objetivos. A realidade é independente do nosso conhecimento. Já o relativismo, que surge em oposição à corrente realista, assume que as leis científicas não são imutáveis (Easterby-Smith *et al.*, 2004), e defende a ausência de uma realidade objetiva. A realidade é uma construção subjetiva levada a cabo pelos atores. O que pode ser conhecido é meramente o produto de discursos.

A epistemologia relaciona-se com a forma como o investigador adquire o conhecimento acerca da realidade social, qualquer que esta seja. É o ponto de vista do investigador quanto à forma como é possível adquirir conhecimento (Caldeira, 2000:73), ou ainda o conjunto de assunções acerca da melhor forma de conhecer a realidade social, os métodos e as validações apropriadas para a obtenção desse conhecimento. A epistemologia permite responder a questões do tipo ‘Como é que se pode saber aquilo que existe?’. Se a ontologia é sobre aquilo que se pode saber, a epistemologia é sobre como vir a saber aquilo que se pode saber (Grix, 2002:177).

As epistemologias clássicas são o positivismo, por um lado, e o interpretativismo ou o construcionismo social (na terminologia de Easterby-Smith *et al.*, 2004, e Flick, 2006)¹, por outro. Ao primeiro está associada uma perspectiva ontológica realista, e foi a corrente filosófica dominante até, pelo menos, à segunda metade do século XX, devendo os seus principais fundamentos a Auguste Comte (1798-1857). O segundo relaciona-se com a abordagem ontológica relativista, e tem vindo a ganhar terreno no campo das ciências sociais desde a década de 70 do século XX, inclusive nas áreas de gestão (*business and management*)². Torna-se portanto claro que as posições ontológicas e epistemológicas do investigador dão origem a diferentes perspectivas sobre o mesmo fenómeno social.

1.2. Positivismo e interpretativismo

Para os positivistas o mundo social existe externamente, no sentido em que é uma realidade separada das descrições que dele se faz, sendo que as suas propriedades devem ser estudadas por métodos objetivos, em detrimento de sensações, reflexões ou intuições (Easterby-Smith *et al.*, 2004). É o método filosófico por excelência das ciências naturais, em que o investigador assume o papel de um analista objetivo que não influi nem é influenciado pela investigação. Com o objetivo de facilitar a replicação e a generalização, é colocada a ênfase numa metodologia muito estruturada e na recolha de observações quantificáveis propícias à análise estatística (Saunders *et al.*, 2003), nomeadamente métodos matemáticos e experiências de laboratório. A procura da regularidade e das relações causais entre variáveis assumem um papel preponderante na investigação. Resumindo, as principais características do positivismo são (Finn *et al.*, 2000):

- Assumir que o mundo exterior determina o comportamento;
- Explicar, predizer e controlar dividindo em partes e isolando-as;
- Usar processos mecanicistas para explicar o comportamento social;
- O investigador é objetivo e isento de valores;

¹ Também por vezes designado por construtivismo social. Outros autores preferem fazer o contraponto entre positivismo e fenomenologia (Finn *et al.*, 2000) ou pós-estruturalismo (Ackroyd & Fleetwood, 2000), ou ainda entre naturalismo e humanismo (Holden, 2005). Optou-se por usar o termo interpretativismo, referindo-se os outros termos (construtivismo, construcionismo, fenomenologia) de acordo com o autor circunstancialmente citado.

² As questões relacionadas com as perspectivas filosóficas da investigação científica são extensas e abordadas de forma diferente por inúmeros autores. Por uma questão de simplificação faz-se, neste trabalho, apenas referência ao realismo/relativismo e positivismo/construtivismo, por serem os paradigmas opostos. Mas Easterby-Smith *et al.* (2004), por exemplo, distinguem realismo tradicional, realismo interno e relativismo, dentro da ontologia da ciência, representacionismo, relativismo e nominalismo, na ontologia das ciências sociais, positivismo e relativismo, na epistemologia das ciências, e positivismo, relativismo e construtivismo social na abordagem epistemológica das ciências sociais.

- A verdade dever ser confirmada por evidência empírica.

As críticas ao positivismo têm origem nas ciências sociais, principalmente na antropologia e sociologia, e baseiam-se na afirmação de que os fenómenos sociais derivam de ações humanas e o estudo das pessoas não é possível de ser feito através dos métodos relacionados com o positivismo (Clark *et al.*, 2005:12). Em primeiro lugar, por razões éticas, está-se perante a impossibilidade de replicar em seres humanos. Em segundo, o ser humano é um ser complexo, capaz de fazer escolhas, e o seu comportamento não é prontamente compreendido em termos de simples fatores causais. Por último, os críticos do positivismo defendem que a objetividade e a ausência de valores não são atingíveis.

No último quarto do século XX, e no seguimento destas críticas, acentuou-se uma viragem na perspetiva filosófica à forma de fazer investigação em ciências sociais³. Nasce uma nova visão que defende que o universo social é demasiado complexo e rico para ser teorizado e definido por 'leis', tal como estudado pelas ciências físicas. As perspetivas interpretativistas argumentam que a complexidade e a característica única de determinados momentos e situações, são função de um conjunto particular de circunstâncias e de indivíduos. A realidade, não sendo objetiva e exterior como defende o positivismo, é socialmente construída. O mundo social é meramente construído por conceitos cujos significados são-lhe conferidos pelas pessoas que lhe colocam diferentes interpretações - os discursos assumem assim um papel central⁴. Tentando compreender a realidade subjetiva daqueles que são estudados, o foco deve dirigir-se para o que as pessoas, individual ou coletivamente, pensam e sentem, com o fim último de lhe ser dado um sentido e perceber as suas motivações, ações e intenções. É neste sentido que o investigador social não se deve preocupar em medir com que frequência determinados padrões ocorrem, mas sim concentrar-se nas diferentes construções e significados que as pessoas conferem às suas experiências (Saunders *et al.*, 2003).

Recorrendo a Finn *et al.* (2000:7) para resumir as características do interpretativismo, tem-se que:

- A realidade social é múltipla, divergente e interrelacionada;
- A análise é efetuada a partir da perspetiva do ator;
- O comportamento humano é como as pessoas definem o seu próprio mundo;

³ Embora os primeiros trabalhos a referirem esta perspetiva tenham origem na década de 60 (Easterby-Smith *et al.*, 2002).

⁴ "(...) *the social world is constituted completely, or determined by the concepts we hold; it is concept determined; the social world is constructed entirely by us; it is merely a social construct; there is no extra-discursive realm that is not expressed in discourse; the social world is generated in discourse.*" (Ackroyd & Fleetwood, 2000:8).

- A realidade é o significado atribuído à experiência, e não é a mesma para todos.

As críticas que se fazem ao paradigma interpretativista são essencialmente duas. Os investigadores nunca podem ter a certeza que captaram adequadamente a visão das pessoas estudadas, nem que deram o correto significado e interpretação à informação que obtiveram (Clark *et al.*, 2005:18). Por outro lado, levanta-se a questão de como generalizar e comparar conclusões mesmo sabendo que para o interpretativismo a questão da generalização não seja fulcral como o é para o positivismo.

As diferenças entre ambos os paradigmas são bem evidenciados por Easterby-Smith *et al.* (2004), conforme Tabela 1.

| | Positivism | Social Constructionism |
|---------------------------|---|--|
| The observer | must be independent | is part of what is being observed |
| Human interests | should be irrelevant | are the main drivers of science |
| Explanations | must demonstrate causality | aim to increase general understanding of the situation |
| Research progress through | hypotheses and deductions | gathering rich data from which ideas are induced |
| Concepts | need to be operationalized so that they can be measured | should incorporate stakeholder perspectives |
| Units of analysis | should be reduced to simplest terms | may include the complexity of 'whole' situations |
| Generalization through | statistical probability | theoretical abstraction |
| Sampling requires | large numbers selected randomly | small numbers of cases chosen for specific reasons |

Tabela 1- Positivismo vs. construcionismo social (Extraído de Easterby-Smith *et al.*, 2004:30)

1.3. O realismo crítico

O realismo crítico constitui uma alternativa aos paradigmas realista e relativista, e baseia-se no reconhecimento de que existe uma realidade exterior que é independente daquilo que os atores sociais pensam, acreditam ou percecionam. Ou seja, tal como na corrente positivista, o mundo social é (também) uma realidade externa separada das

sensações e descrições. Em termos da disciplina de gestão isto pode ser visto como existindo um conjunto de processos e forças sociais de larga escala que afetam e condicionam as pessoas sem que estas, por vezes, se apercebam da existência de tais influências nas suas interpretações e comportamentos (Ackroyd & Fleetwood, 2000; Saunders *et al.*, 2003). Contudo, e apesar desta aproximação ao positivismo, o realismo crítico distancia-se deste ao admitir que as pessoas não são objetos estudáveis segundo leis físicas ou relações causais, tal como se faz nas ciências naturais. Reconhece a importância de compreender a realidade subjetiva, as interpretações e os significados socialmente construídos pelas pessoas num contexto em que existem estruturas e processos que influenciam e condicionam a sua visão e comportamento. Constitui uma situação de compromisso entre os dois paradigmas ao admitir que, por um lado, as condições sociais têm consequências reais (independentemente de serem ou não observadas e percebidas pelas pessoas e investigadores) e, por outro, ao reconhecer que os conceitos são construções humanas. O realismo crítico parte da posição ontológica realista e incorpora-lhe uma vertente epistemológica interpretativa: *“While accepting that the social world is real and exists, a realist perspective of the social sciences also accepts the interpretative view that society is both produced and reproduced by its members, who may have different perceptions and interpretations about the same reality”* (Caldeira, 2000:77). Assim, ao domínio intransitivo (ontológico) do conhecimento, relaciona-se então um domínio transitivo (epistemológico), isto é, social e historicamente contingente. A questão que se coloca, no entanto, é como, em face da relatividade do nosso conhecimento (a realidade só pode ser expressa por intermédio do pensamento e da linguagem), se pode sustentar a dimensão ontológica do mesmo (Hamlin, 2000). A resposta está na estratificação ontológica (proposta por Bhaskar) que descreve três domínios da realidade, como se evidencia na Tabela 2.

| | Domínio do real | Domínio do factual | Domínio do empírico |
|--|-----------------|--------------------|---------------------|
| Estruturas, mecanismos, poderes e relações | X | | |
| Acontecimentos e ações | X | X | |
| Experiências, percepções | X | X | X |

Tabela 2- Domínios da realidade (A partir de Plant, 2001:4 e Ackroyd & Fleetwood, 2000:13).

No domínio do real, as estruturas geram ações que podem, ou não, ser percecionadas num determinado lugar e tempo. Dado que o domínio do empírico não cobre exaustivamente a realidade, a tarefa das ciências sociais reside em *“(...) penetrate behind the surface of experiences and perceptions and to account for what occurs in*

terms of an understanding of connections at the level of structures” (Ackroyd & Fleetwood, 2000:12).

Finalmente, quanto ao papel do investigador, o realismo crítico reconhece que este transporta os seus próprios conceitos para o trabalho de pesquisa (Ackroyd & Fleetwood, 2000:11).

2. Os métodos qualitativos e a análise documental

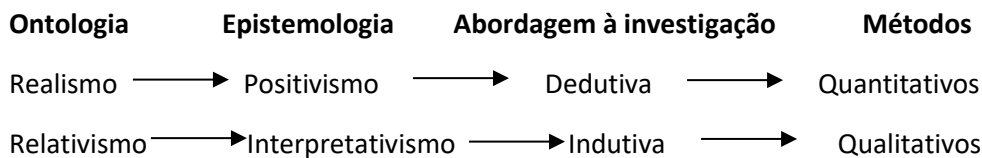
Uma vez definidas as posições filosóficas acerca da investigação científica há que elaborar uma estratégia de investigação que se socorra de métodos quantitativos ou qualitativos (e em alguns casos de ambos). Os primeiros estão associados ao paradigma positivista, enquanto que os métodos qualitativos são mais usuais em investigadores com uma perspetiva interpretativista⁵. Inicialmente vistos pelos positivistas como uma abordagem ‘*soft*’ e ‘*não-científica*’, ao longo das últimas três décadas os métodos qualitativos têm vindo a ser considerados mais adequados ao estudo das ciências sociais (Phillimore & Goodson, 2004:3-4).

Uma definição genérica de análise qualitativa pode ser encontrada em Denzin & Lincoln, (2006). Para estes autores a análise qualitativa é um campo de múltiplas práticas (representações que contemplam notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, etc.), e de múltiplos paradigmas interpretativos (entre aqueles de possível identificação encontram-se a teoria positivista, construtivista, feminista, étnica, marxista, estudos culturais e a teoria *queer*) utilizados com o objectivo de conferir visibilidade e compreender melhor o que se estuda. A investigação qualitativa envolve uma variedade de materiais empíricos – estudo de caso; experiência pessoal; introspeção; história de vida; entrevista; artefactos; textos e produções culturais; textos históricos, interativos e visuais – que visam recolher dados sobre atividades, eventos, ocorrências e comportamentos, que ajudem a compreender as ações, problemas e processos no seu contexto social. Envolve habitualmente uma abordagem naturalista e interpretativa, o que significa que os investigadores estudam os fenómenos nos cenários naturais, e tentam compreender ou interpretar os significados que as pessoas lhes conferem, assumindo que a realidade objetiva nunca pode ser captada, podendo-se conhecer algo

⁵ No entanto, existem inúmeros exemplos do uso de métodos qualitativos em abordagens positivistas. Segundo Denzin & Lincoln (2006:28), por razões históricas que se prendem com o positivismo ter sido a única corrente até ao último quarto do século XX, a generalidade da pesquisa qualitativa até então foi feita segundo os cânones tradicionais do positivismo: “o trabalho no período modernista [período que vai da II guerra mundial até aos anos 70], de facto, revestiu-se da linguagem e da retórica do discurso positivista e pós-positivista”. De acordo com os mesmos autores, nos dias de hoje continua a haver investigação qualitativa seguindo epistemologias positivistas (*ibidem*:23).

apenas por meio das suas representações. Sendo utilizada por todo o tipo de disciplinas, humanas e físicas, não pertence a uma única. Resumindo, a investigação qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo (*Ibidem*:21).

Por vezes pode ter-se a ideia de que a definição, por parte do investigador, da sua posição ontológica determina a posição epistemológica, métodos e metodologias a seguir no processo de investigação. Ou seja, que a primeira serviria de âncora a todas as outras opções e posicionamentos, nomeadamente quanto à epistemologia e métodos de investigação, segundo o encadeamento que se segue:



Mas, tal não é obrigatoriamente verdade. Se entre as posições ontológicas e epistemológicas parece haver, para alguns autores, uma relação forte (veja-se Easterby-Smith *et al.*, 2004:33, ou Lincoln & Guba, 2003:177), para outros mesmo essa relação deve ser posta em causa⁶. Já quanto à relação entre metodologias e posições filosóficas os autores negam perentoriamente que tal ligação tenha que existir, embora se assuma que determinadas metodologias sejam mais apropriadas às ciências sociais⁷. Por exemplo, os métodos qualitativos e a abordagem indutiva estão muito associados ao interpretativismo e às ciências sociais. Tais relações verificam-se a tal ponto que por vezes se torna difícil de perceber as fronteiras e os conceitos de ontologia, epistemologia, abordagem à investigação e métodos.

[OPCIONALMENTE LEIA O TEXTO DE GRIX \(2002\).](#)

O texto de Grix (2002) foi pensado para estudantes com o objetivo de enunciar o significado de ontologia, epistemologia e métodos de investigação, bem como a relação entre estes diferentes blocos- na fig.1, p.180, podemos ver essa relação resumida

⁶ “... for example, choosing an ontological position close to that favoured by positivism does not mean your epistemological position will automatically be positivist”, (Grix, 2002:181).

⁷ “Methods themselves should be seen as free from ontological and epistemological assumptions...it is the researcher who employs a particular method in a particular way, thereby associating it with a specific set of ontological assumptions. It is not the method that approaches scholarship with pre-existing baggage, but rather the researcher. However, within the academic community, some methods are looked upon and associated with ‘good social science’, whilst others are not.” (Grix, 2002:180).

esquemáticamente. É um texto muito simples que procura apenas identificar os principais paradigmas, não devendo esquecer que existem outros. Na p.176 o autor explica a importância de sabermos, enquanto investigadores, situar-nos ontológica e epistemologicamente perante um problema de investigação.

A 2ª parte do texto de Grix (2002) recorre ao capital social para ilustrar como o mesmo tema pode ser estudado recorrendo a paradigmas diferentes. Fica ao vosso critério lerem essas páginas, já que no âmbito do DSSD existe um tópico dedicado ao capital social (SAT II), sendo que essa matéria não será aqui abordada.

Corbetta (2003:234) identifica três ações fundamentais subjacentes à investigação qualitativa: a observação, a pergunta e a leitura, que estão diretamente relacionadas com a observação direta, a entrevista e o uso de documentos, respetivamente, na classificação segundo Patton (2002).

Um documento é qualquer material que fornece informação sobre determinado fenómeno social e que existe independentemente da ação do investigador (Corbetta, 2003:287). Embora habitualmente associados à forma escrita (daí a referência à leitura), existem muitos outros tipos de documentos, tais como fotos, filmes, gravações sonoras ou a Internet. São geralmente produzidos por indivíduos ou instituições com objetivos que não a investigação social, mas podem ser utilizados com esta finalidade pelos investigadores. Nos domínios da investigação em gestão alguns dos documentos mais usados contemplam gráficos, atas, relatórios, contratos, notícias e publicidade na imprensa escrita, regulação e legislação comercial, entre outros. Cartas, autobiografias, sentenças de tribunais e diários (sobretudo de viagens, na área do turismo) são exemplos de outros documentos também utilizados na investigação social.

Os documentos como elemento de investigação inserem-se num conjunto mais alargado de dados, designados por secundários (dados produzidos fora do âmbito da investigação para satisfazer as necessidades de quem os elaborou ou de terceiros). A recolha e o tratamento de dados secundários são habitualmente mencionados nos manuais de investigação científica no âmbito do *business research* (veja-se Saunders *et al.*, 2007), mas é sobretudo aos níveis da *social research* e *qualitative research* que se encontra análise mais extensa dedicada ao uso de documentos na investigação (veja-se Corbetta, 2003; Flick, 2006; Mason, 2002; Prior, 2003).

Quis-se dar alguma atenção à análise documental porque nem sempre é mencionada e porque alguns dos trabalhos empíricos a serem abordados na semana 3 recorrem a análise de conteúdo do discurso em documentos escritos.

3. O pós modernismo e a teoria crítica

O pós-modernismo é uma corrente de pensamento que se opõe ao modernismo como modo de fazer ciência. Em bom rigor, não é uma corrente, mas sim várias correntes. Algumas das mais referidas são a escola de Frankfurt, o feminismo, o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo.

*LEIA O TEXTO DE ROBSON & McCARTAN (2016)
PARA COMPREENDER O PAPEL DO PÓS-
MODERNISMO NA INVESTIGAÇÃO
QUALITATIVA*

A escola de Frankfurt, também designada por teoria crítica, emergiu na Alemanha nos anos 30 do sec.XX, no âmbito do Institute for Social Research. As suas principais figuras foram Horkheimer, Adorno, Benjamin, Marcuse e Habermas (este de geração posterior). Em matéria de desenvolvimento sustentável uma das correntes “radicais” mais interessantes é o eco-feminismo. Para estas pensadoras, o androcentrismo criou relações de dominação e de discriminação de várias ordens (classe, género, raça, espécie) que importa combater. Em SAT I já tomámos contacto com um vídeo de Vandana Shiva, e em Hopwood et al. (2005) consta uma breve referência ao ecofeminismo. Não constituirão epistemologias centrais deste tópico, embora o feminismo esteja muito presente na obra de Spivak, p.e., que iremos abordar.

O pós-estruturalismo é um movimento composto por filósofos franceses a partir dos anos 1960's, com especial destaque para Foucault, Derrida e Deleuze. Para estes autores a questão da linguagem e do poder constituem elementos essenciais de análise. Por estudos pós-coloniais entende-se o modo crítico de analisar o legado material e discursivo do colonialismo, nomeadamente o modo como se olha e estuda o Outro, ou o subalterno. Alguns/mas autores/as mais relevantes nesta área têm sido, desde os finais dos anos 1970's, Escobar, Saïd e Spivak.

É preciso, contudo, alguma prudência na categorização que possamos fazer. Não existe uma unidade absoluta entre os/as diferentes pensadores/as dentro da mesma “escola”, mas existem determinados pontos que permitem “arrumá-los”, de modo mais ou menos simplista. Por exemplo, não havendo uma unidade de pensamento entre ecofeministas como Plumwood, Shiva e Gaard (que possuem pontos de partida e análises distintas), têm porém em comum a responsabilização do androcentrismo (e não do antropocentrismo, conforme a ecologia profunda acusa) como causa da crise ecológica

e de dominação intra e sobre as outras espécies. E algo de semelhante sucede com os teóricos críticos da escola de Frankfurt (que divergiram no eclodir dos movimentos sociais da década de 60), ou com os pós-estruturalistas (uma designação que serve para colocar Foucault e o desconstrucionismo de Derrida no mesmo “saco”), ou com o pós-colonialismo (veja-se a crítica de Spivak a Escobar e a Shiva, p.e., em Kapoor, 2004). Portanto, há que ter em atenção que esta partição é usualmente aceite, facilitando a identificação, mas não significa que seja isenta de conflitos. A isso mesmo alude Kincheloe & McLaren (2005).

Do mesmo modo, existem entre aqueles 4 grupos relações de interconexão e de discussão crítica das obras e autores/as anteriores e contemporâneos. Diz-se frequentemente que não existiria pós-colonialismo sem pós-estruturalismo. Por exemplo, Spivak (uma das criadoras do *subaltern studies* e importante voz dos estudos pós-coloniais) assume-se ela própria como uma pensadora marxista-feminista-desconstrucionista (e veja-se como critica as feministas francesas da década de 60). Ou, ainda neste seguimento, repare-se nas palavras de Foucault em relação à escola de Frankfurt, em Alvesson & Detz (2006:258):

... if I had been familiar with the Frankfurt School... I would not have said a number of stupid things that I did say and I would avoided many of the detours which I made while trying to pursue my own humble path – when, meanwhile, avenues had been opened up by the Frankfurt School.

OPCIONALMENTE LEIA O TEXTO DE KINCHELOE & McLAREN (2005) QUE OFERECE UM PANORAMA SOBRE A TEORIA CRÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS. ACONSALHA-SE PARTICULARMENTE A LEITURA DAS PP.303-304.

O texto de Kincheloe & McLaren (2005) começa por nos alertar para esta multiplicidade de pensamento, e para a subjetividade da análise que o texto em questão inevitavelmente contempla. Nas pp.307-312 encontramos alguns dos aspetos relacionados com as ciências sociais mais frequentemente tratados no âmbito da análise crítica ou do pós-modernismo.

ATENÇÃO À TABELA DE TRIBE (2008:247) QUE
FAZ UMA SÍNTESE DO TEXTO DE KINCHELOE &
McLAREN (2005).

É interessante notar a diferença entre a perspectiva de Robson & McCartan (2016) e a de Kincheloe & McLaren (2005) sobre o posmodernismo (ou a teoria crítica), notando-se nos primeiros alguma relutância em aceitar modos *radicais* de fazer ciência.

A *Critical Management Studies* (CMS) é a área do estudo das organizações que engloba as epistemologias críticas. O texto de Prasad & Mills (2011) aborda o papel da CMS para a ética e RSE. Chamo a atenção para o modo como a *Academy of Management* interpreta a CMS (coluna da esquerda, p.229), onde estão expressas as preocupações já evidenciadas em Kincheloe & McLaren (2005); e para os 3 pilares (*performativity, denaturalization, reflexivity*).

Para finalizar convém esclarecer algumas designações. Kincheloe & McLaren (2005) designam estas epistemologias por teoria crítica, incluindo nestas o trabalho de Paulo Freire e Chomski, entre muito outros. Também Prasad & Mills (2010) preferem essa designação. Outros autores usam a designação de pós-modernismo para estas epistemologias, reservando o termo ‘teoria crítica’ para a Escola de Frankfurt (Alvesson & Deetz, 2006, p.e.). Os termos ‘pós-modernismo’, ‘estudos críticos’, ‘teoria crítica’ e ‘epistemologias críticas’ são, uns mais do que outros, habitualmente usados para descreverem um modo de fazer investigação que questiona as concepções de poder, demonstra a importância de incluir representações de diversos interesses, e que torna explícitas situações conflituais para que possam ser reconsideradas (Alvesson & Deetz, 2006). Grosso modo, esta forma de questionamento surge no último quartel do século XX (sendo aqui que nos vamos focar) embora possamos encontrar raízes na Escola de Frankfurt ou em Marx.

Vários exemplos poderiam ser assinalados sobre o questionamento da teoria crítica em ciências sociais. O texto de Bebiano (2013) faz uma reflexão acerca da obra de Spivak. Nele podem ler sobre o conceito de Outro, de subalterno, a desconstrução de categorias, o anti-essencialismo, aspetos fulcrais na obra da autora. É um texto fácil, mas que remete para uma grande complexidade reflexiva.

LEIA O TEXTO DE BEBIANO (2013) ACERCA DO PENSAMENTO DE SPIVAK.

4. Introdução à Responsabilidade Social das Empresas

Boa parte da discussão em torno da relação entre as empresas e o d.s. está colocada na Responsabilidade Social das Empresas (RSE) e na *business ethics*. As empresas assumem uma importância fulcral nos dias de hoje: criam riqueza, geram emprego, utilizam recursos naturais e atraem investimento. É difícil imaginarmos um modelo económico e social sem empresas num mercado livre e aberto. Porém, a opinião pública é cada vez mais exigente e intolerante a excessos e *maus comportamentos* das empresas. As empresas são igualmente um setor institucional com enorme poder, dado possuírem vastos recursos quando comparado com os restantes atores, sobretudo com a sociedade civil. É real a possibilidade de captura da agenda ambiental e da sustentabilidade (Beder, 2002) através de estratégias eficientes de comunicação e retórica. As empresas legitimam as práticas atuais de negócio ao construírem um discurso de compatibilidade entre o DS e o *business as usual*, neutralizando e impossibilitando o emergir de diferentes paradigmas.

Surgem na literatura diversas definições e termos alternativos de responsabilidade social: *desempenho social das empresas*, *resposta social das empresas*, *sustentabilidade empresarial*, *cidadania empresarial*. O texto de Crane *et al.* (2008:6) segue esta linha de respeito pela diversidade de interpretações, rejeitando uma visão unificadora, e assumindo que a RSE é um termo amplo e agregador (*an umbrella term*), que capta as várias relações entre *business* e sociedade: “*CSR is best understood not as a concept, a construct, or a theory but as a field of scholarship. (...) Thus, a comprehensive overview of CSR has to accommodate such difference rather than eschew it in a favor of a closely defined term*”.

PARA SE INTRODUIZIR AO CONCEITO DE RSE LEIA OS PEQUENOS TEXTOS DE BLOWFIELD & MURRAY (2008:10-16) E CRANE ET AL. (2008:3-10). A TAXONOMIA DA RSE É APRESENTADA EM BLOWFIELD & MURRAY (2008:24-36), E A CRONOLOGIA NA p.37.

Existe uma vasta obra de crítica à RSE. Regra geral a ideia subjacente a estas correntes é que a RSE é apenas uma forma de dourar a pílula do *business as usual*, e de perpetuar o sistema económico capitalista. Por exemplo, Doane (2005) identifica quatro mitos da RSE: o sucesso financeiro de curto prazo exigido pelo mercado é compatível com os benefícios sociais a longo prazo; a consciência ética dos consumidores gerará mudança; as empresas competirão entre si por abordagens de negócio éticas; na economia global, os países competirão entre si pelas melhores práticas.

*VISUALIZE O VÍDEO DO TESTEMUNHO DE ANITA
RODDICK, FUNDADORA DA BODY SHOP.*

O vídeo de Anita Roddick salienta a forma como a RSE se tornou um negócio, inclusive para as empresas de consultadoria. Está implícito o greenwash. Roddick não faz propriamente uma crítica à RSE, mas sim à forma como está, supostamente, a ser conduzida.

Porquê estudar a RSE com uma lente crítica?

Porque uma visão sistémica da empresa nos obriga a olhar para as questões de poder, controle e exploração presentes na sociedade, sendo matérias frequentemente ‘esquecidas’ apesar de alguma produção científica existente. Por exemplo Kreitlon (2012:279) referindo-se à ausência destes temas no ensino dos cursos de gestão, ou mesmo na investigação que se faz sobre organizações, nota que: “ausentes também estão os autores de viés mais crítico, seja de inspiração marxista, frankfurtiana, pós-estruturalista, feminista ou ambientalista. Enquanto Aristóteles, Kant e Stuart Mill são frequentemente invocados como suporte teórico no terreno da ética empresarial, Marx, Polanyi e Foucault tendem a repousar em seus túmulos sem serem perturbados. Debates em torno de questões como o poder, a justiça, a política, o Estado, a lei, a democracia, os limites ao crescimento e os direitos humanos tampouco parecem ocupar muito espaço”.

LEIA O TEXTO DE KALLIO (2007).

Porquê estudar o discurso?

O discurso, na perspetiva de Foucault, não é apenas uma prática representativa da realidade, mas também o que dá significado ao mundo contribuindo para o constituir e construir. O discurso afeta a nossa conceção da realidade e, conseqüentemente, influencia as ações na sociedade.

É fundamental estudar o discurso das empresas acerca da CSR por se tratar de um tipo de comunicação que não é inocente - no sentido em que não reflete meramente aquilo que existe, mas contribui para criar, reproduzir e modificar a realidade à qual se refere (Cantó-Milà & Lozano, 2009). O discurso fabricado contribui para moldar o conceito de CSR, produz uma realidade e um mundo social.

Alguns trabalhos têm incidido sobre a análise do discurso acerca do DS e da CSR, por parte das empresas, associações de defesa corporativa e de responsabilidade social (tipo WBCSD). O discurso das empresas é, nestes artigos, visto como um meio de como a realidade social é construída. Ao construir o DS de determinada forma as empresas afetam o modo como o DS é compreendido na sociedade.

5. As escolhas

Perante um conjunto tão alargado de autores e de correntes, e na impossibilidade de lermos todos num espaço de tempo reduzido, houve que fazer escolhas quanto às epistemologias e autores/as. Assim, pretendeu-se que os textos e as matérias abordadas (i) tivessem aplicação em trabalhos de investigação publicados no âmbito da RSE; (ii) fossem abrangentes na abordagem; e (iii) tivessem uma aplicação fora do âmbito da RSE, para poder ser usado por vós na tese nos mais diversos temas de investigação.

O trabalho de Kallio (2007) destaca três taboos no discurso da RSE: o negócio é amoral, o crescimento económico é contínuo e a natureza política da RSE.

O texto de Moriceau & Guerillot (2012) remete-nos para a “surpresa” do investigador perante uma realidade que não está à nossa vista, colocando questões (p.155) idênticas às de Spivak. Será óbvio para a generalidade de vós o quão relevantes são estas questões em matéria de desenvolvimento e de relações Norte-Sul, embora não seja esse o debate no âmbito deste tópico.

Um segundo conjunto de textos prende-se com o problema da “verdade” produzida pelos discursos dominantes: Laine (2005) e Ihlen & Roper (2014).

6. Avaliação

A avaliação a este módulo incidirá sobre a participação num fórum (40%) e na elaboração de um texto (60%).

O texto escrito, da vossa autoria, será subordinado ao seguinte:

Considerando o problema (questão de partida) que pretende desenvolver na tese, identifique possíveis relações de poder e de dominação entre atores. Como podem as epistemologias críticas ou pós-modernas ajudar a explicitar esse tipo de relações? Trace uma proposta de trabalho neste contexto.

Alternativamente, se pensa que as epistemologias críticas não terão um papel relevante na sua investigação, direcione o texto para essa justificação, elaborando e desenvolvendo as razões fundamentadamente.

Dimensão máxima do texto: 1.500 palavras.

Critérios de avaliação

Textos que:

- possam graves erros de referência bibliográfica e/ou plagiados, mesmo que apenas parcialmente: [0-5] valores. Se tiver dúvidas sobre as regras de referência ou sobre em que consiste o plágio, veja o recurso “o que é o plágio” colocado na plataforma.
- não trabalhem o conteúdo programático do módulo: [0-5] valores.
- não abordem aquela que nesta fase é a vossa ideia de investigação: [0-15] valores.
- integrem de modo satisfatório os conteúdos programáticos e a ideia de investigação: [10-20], dependendo da lógica discursiva, capacidade de análise crítica, fundamentação e integração de outros recursos. As notas [18-20] são reservadas para trabalhos de nível excepcional e com algum grau de originalidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- Ackroyd, S. & Fleetwood, S. (2000), Realism in contemporary organization and management studies. In Ackroyd, S. & Fleetwood, S. (Org.), *Realist perspectives on management and organizations*, Routledge.
- Alvesson, M. & Deetz, S. (2006) Critical theory and postmodernism approaches to organizational studies. In Clegg, S., Hardy, C., Lawrence, T. & Nord, W. (Eds.), *The SAGE Handbook of Organization Studies*, 2nd. edition, pp. 255-282. SAGE.
- Banerjee (2008) Corporate Social Responsibility: the good, the bad and the ugly. *Critical Sociology*, 34(1),51-79.
- Bebiano, A. (2014) Gayatri Spivak- a teoria como prática de vida. In UNIPPOP, *Pensamento Crítico Contemporâneo. Edições 70: Lisboa*.
- Blowfield, M., & Murray, A. (2014). *Corporate responsibility*. Oxford University Press.
- Caldeira, M.M. (2000) Critical Realism: A Philosophical Perspective for Case Study Research in Social Sciences, *Episteme*, Ano II, Nos. 5-6, pp. 73-88.
- Clark, M., Riley M., Wilkie, E. & Wood, R.C. (2005) *Researching and Writing Dissertations in Hospitality and Tourism*, Thompson Learning.
- Corbetta, P. (2003), *Social Research: Theory, Methods and Techniques*, SAGE Publications, London.
- Crane, A., McWilliams, A., Matten, D., Moon, J. & Siegel, D. (2008) The corporate social responsibility agenda. In Crane, A., McWilliams, A., Matten, D., Moon, J. & Siegel, D. (Eds.), *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*, pp. 3-10. Oxford University Press: Oxford.
- Denzin, N.K. e Lincoln, Y.S. (2006) *Introdução: A Disciplina e a Prática da Pesquisa Qualitativa*, em Denzin, N.K. e Lincoln, Y.S. (Org.). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens*, Artmed Editora, São Paulo, Brazil. Tradução do original *The Landscape of Qualitative Research: Theories and Issues* (2003), 2ª ed., SAGE Publications.
- Doane, D. (2005) The Myth of CSR: The problem with assuming that companies can do well while also doing good is that markets don't really work that way. *Stanford Social Innovation Review*, Fall 2005, 23-29.
- Easterby-Smith, M., Thorpe, R. & Lowe, A. (2004) *Management Research: an introduction*, 2nd edition, SAGE Publications.
- Finn, M., Elliott-White, M. & Walton, M. (2000) *Tourism & Leisure Research Methods: data collection, analysis and interpretation*, Pearson Education.
- Flick, U. (2006) *An Introduction to Qualitative Research*, 3rd edition, SAGE Publications.
- Grix, J. (2002) Introducing students to the generic terminology of social research. *Politics*, 22(3):175-186.
- Hamlin, C.L. (2000) Realismo Crítico: Um Programa de Pesquisa para as Ciências Sociais. *Dados*, 43(2).
- Hopwood, B., Mellor, M., & O'Brien, G. (2005). Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable development*, 13(1), 38-52.
- Ihlen, Ø., & Roper, J. (2014). Corporate reports on sustainability and sustainable development: 'We have arrived'. *Sustainable development*, 22(1), 42-51.
- Kallio, T. J. (2007). Taboos in corporate social responsibility discourse. *Journal of Business Ethics*, 74(2), 165-175.
- Kapoor, I. (2004). Hyper-self-reflexive development? Spivak on representing the Third World 'Other'. *Third World Quarterly*, 25(4), 627-647.
- Kincheloe, J. & McLaren (2005) Rethinking critical theory and qualitative research. In Norman Denzin & Yvonna Lincoln (eds.) *The Sage Handbook of Qualitative Research*, 3rd. edition. 303-343. Thousand Oaks: Sage.

Kreitlon, M. P. (2012). McMoral, iPolítica, Cidadania Wireless: Reflexões para o ensino e a pesquisa em RSE no Brasil. RAC-Revista de Administração Contemporânea, 16(2).

Lincoln, Y.S. & Guba, E.G. (2003) Controversias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. Em Denzin, N.K. e Lincoln, Y.S. (Org.). O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens, Artmed Editora, São Paulo: Brazil. Tradução do original The Landscape of Qualitative Research: Theories and Issues (2003), 2ª ed., SAGE Publications.

Laine, M. (2005) Meanings of the term 'sustainable development' in Finnish corporate disclosure. Accounting Forum 29: 395-413. doi:10.1016/j.accfor.2005.04.001

Mason, J. (2017). Qualitative researching. Sage.

Moriceau, J. & Guerillot, G. (2012) Gifted: the monolingualism of corporate social responsibility. RAE 52(2):153-164.

Phillimore, J. & Goodson, L. (2004) Progress in Qualitative Research in Tourism: Epistemology, Ontology and Methodology, 3-29, em Phillimore, J. & Goodson, L. (Org.), Qualitative Research in Tourism, Routledge.

Plant, M. (2001) Critical realism: a common sense philosophy for environmental education?, Paper apresentado na ATEE Conference, Estocolmo.

Prasad, A. & Mills, A. (2010) Critical management studies and business ethics: a synthesis and three research trajectories for the coming decade. Journal of Business Ethics, 94: 227-237.

Prior, L. (2003) Using documents in social research. Sage Publications.

Robson, C., & McCartan, K. (2016). Real world research. John Wiley & Sons.

Saunders, M., Lewis P. & Thornhill A. (2007) Research Methods for Business Students, 4ª edição, Pearson Education.

Tribe, J. (2008). Tourism: A critical business. Journal of Travel Research, 46(3), 245-255.